

RAÇA COMO ELEMENTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL BRASILEIRO¹

André Tinoco de Vasconcelos ²

RESUMO

Esse projeto de pesquisa tem como objetivo desenvolver uma análise geográfica sobre como o conceito de raça foi um dos elementos ordenadores do território brasileiro. Para isso, visamos investigar de que maneira raça foi mobilizada nas políticas de ordenamento do território brasileiro na virada do século XIX para o século XX, período em que o Estado brasileiro consolidava a sua soberania nacional. Sendo assim, buscar-se-á desenvolver um levantamento da presença do conceito de raça e da temática étnico-racial na produção geográfica ao longo do período compreendido entre as primeiras décadas do século XX e as iniciais do século XXI intencionando aprofundar a relação entre o referido conceito e a ciência geográfica. Além disso, diante dos objetivos que envolvem o estudo da formação territorial do Brasil, a pesquisa contará com a análise de autores de diferentes perspectivas que analisaram a formação do país. O intuito é a compreensão das expressões espaciais produzidas no território brasileiro por meio da mobilização do conceito de raça e seus impactos. Os resultados mostram esse processo, por exemplo, durante a escravidão, nos projetos e políticas de branqueamento da população brasileira no final do século XIX e início do século XX, na elaboração do mito da democracia racial a partir da década de 1930 (período que coincidiu com a industrialização brasileira) e nas transformações agroindustriais e no projeto neoliberal que impactaram, por exemplo, as lutas quilombolas e nos territórios das favelas.

Palavras-chave: Raça, Geografia, Ordenamento Territorial, Brasil, Racismo.

ABSTRACT

This research project aims to develop a geographical analysis of how the concept of race was one of the organizing elements of the Brazilian territory. To do this, we aim to investigate how race was mobilized in Brazilian territorial planning policies at the turn of the 19th century to the 20th century, a period in which the Brazilian State consolidated its national sovereignty. Therefore, we will seek to develop a survey of the presence of the concept of race and ethnic-racial themes in geographic production throughout the period between the first decades of the 20th century and the beginning of the 21st century, intending to deepen the relationship between the aforementioned concept and geographic science. Furthermore, given the objectives that involve the study of the territorial formation of Brazil, the research will rely on the analysis of authors from different perspectives who analyzed the formation of the country. The aim is to understand the spatial expressions produced in Brazilian territory through the mobilization of the concept of race and its impacts. The results show this process, for example, during slavery, in the projects and policies of whitening the Brazilian population at the end of the 19th century and beginning of the 20th century, in the elaboration of the myth of racial democracy from the 1930s onwards (a period that coincided with with Brazilian industrialization) and in the agro-industrial transformations and the neoliberal project that impacted, for example, quilombola struggles and favela territories.

¹Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa de Doutorado iniciado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF) no segundo semestre de 2022. Pesquisa realizada com bolsa CAPES desde novembro de 2023.

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, andretinocouerj@gmail.com;

Keywords: Race, Geography, Territorial Planning, Brazil, Racism.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa consistirá em compreender raça como um elemento do processo de ordenamento do território brasileiro, pois ela (a raça) foi mobilizada como princípio classificatório e estruturante na sociedade brasileira, tanto nos períodos colonial e imperial, quanto na república. Discursos e atos baseados em raças continuam sendo mobilizados hoje nas diferentes esferas da sociedade, tanto por quem luta contra as desigualdades produzidas pelo seu uso, quanto aqueles que querem manter processos de dominação.

Dessa forma, objetiva-se fazer uma leitura do papel de raça e das relações raciais no ordenamento do território brasileiro entrecruzando com a produção geográfica na temática étnico-racial e na formação do território brasileiro e também com autores clássicos de outras ciências, que construíram leituras de Brasil. Assim, a questão central dessa pesquisa é analisar por meio da Geografia como raça funcionou como um dos elementos ordenadores do território brasileiro. Para isso queremos partir da leitura dos processos e políticas de ordenamento territorial, sobretudo na virada do século XIX para o século XX, quando o país visava consolidar a soberania nacional. Em outras palavras, o que propomos com essa pesquisa é investigar como se materializam as questões étnico-raciais no arranjo espacial brasileiro, em seu processo de configuração.

A temática étnico-racial tem estado presente em diferentes espaços da sociedade, não só pautada pelos movimentos que lutam contra o racismo, mas também, na mídia, na criação de políticas públicas, nas universidades, etc. No início dos anos 2000 o reconhecimento do governo brasileiro da existência do racismo institucional e a adoção de ações afirmativas, como cotas raciais em universidades, contribuíram para o aumento dos debates sobre o tema na sociedade. Também na ciência geográfica vem sendo produzidos estudos que abordam essa temática.

Alguns exemplos de temas a respeito de questões étnico-raciais que têm aparecido em diversas pesquisas na Geografia são quilombos, segregação racial nas cidades, manifestações culturais e religiosas, entre outras. Em trabalhos produzidos até aqui se percebe contribuições importantes à temática e possibilidades de avanço, principalmente no que diz respeito à necessidade de uma relação maior entre teorias da Geografia e das relações étnico-raciais, que não seja apenas espacializar os fenômenos que envolvem relações raciais ou uma leitura de categorias e conceitos geográficos com um exemplo de aplicação em uma temática racial.

Vários autores da Geografia brasileira hoje têm se dedicado a essa temática, o número de teses e dissertações aumentou, mas o diálogo entre essas produções ainda se encontra no início. Para avançar no entrecruzamento entre teorias geográficas e de relações étnico-raciais é preciso uma sistematização das contribuições desses autores e a construção de um arcabouço teórico-metodológico que possibilite o desenvolvimento dessa leitura.

Além disso, outro aspecto que demonstra a relevância da pesquisa é a permanência das hierarquias que dividem os continentes e também povos do globo nos currículos de Geografia. Mesmo com a lei 10.639/2003 tensionando os conteúdos que se ensinam, muitos centros de produção de ensino de Geografia têm passado à margem da discussão.

Assim, os objetivos dessa pesquisa consistem em desenvolver uma leitura geográfica do Brasil por meio da análise de como o conceito de raça e as relações raciais foram princípios ordenadores da formação territorial do país, entendendo formação como um processo contínuo. Para essa análise torna-se necessário debater a relação entre teorias sobre a formação territorial do Brasil e a temática étnico-racial. Além disso, discorrer sobre o conceito de raça e seu papel na formação do território brasileiro, bem como do racismo e outros desdobramentos da temática étnico-racial, por meio do estudo de políticas de ordenamento do final do século XIX e início do século XX e a produção de intelectuais que criaram discursos raciais sobre a sociedade brasileira.

Para isso como percurso metodológico é necessário analisar e sistematizar as principais discussões e teorizações da produção geográfica sobre a temática étnico-racial e as principais teorias geográficas sobre a formação e organização do território brasileiro, identificando como as relações étnico-raciais se expressam espacialmente em diferentes políticas de ordenamento do território brasileiro.

Pretendemos aqui dialogar com a produção acadêmica produzida e que estabelece uma relação entre Geografia e questões étnico-raciais, assim avançando na conexão entre teoria geográfica e a temática étnico-racial. Não apenas produzindo uma espacialização das relações raciais, mas construindo uma leitura de Brasil por meio da Geografia e da discussão racial, uma leitura que possibilite repensar a formação do território brasileiro. Essa releitura da formação do Brasil permite, por exemplo, interferirmos na inculcação de saberes eurocentrados e que reforçam imaginários inferiorizantes para a população negra. Conforme Cirqueira e Corrêa (2014) e também Santos (2011) há uma grande agenda de temas na ciência geográfica, mas também no ensino de Geografia que devem ser questionados e repensados a partir do entrecruzamento das teorias geográficas com a temática étnico-racial.

Assim, nossa abordagem consistirá em estabelecer uma conexão entre a Geografia e a temática étnico-racial, dialogando tanto com autores de outras disciplinas como com estudiosos da Geografia que já exploraram leituras sobre o Brasil. Um exemplo é Moreira (2015), que examinou a configuração do espaço brasileiro ao analisar as influências dos arranjos espaciais em diferentes momentos históricos. Sua reflexão se move constantemente do presente para o passado e vice-versa.

Como primeiros resultados se percebe que a formação socioespacial é responsável por definir elementos do racismo que são característicos de cada região, como a miscigenação analisada por autores como Schwarcs (1996) que apontou como na sociedade brasileira, ela era considerada degeneração em produções de intelectuais brasileiros do século XIX e início do século XX, contribuindo para as ideias eugenistas e a implantação de políticas de embranquecimento da população. Portanto, o racismo é uma estrutura que também contribui para a produção do território. De acordo com Malachias (2006), os arranjos espaciais são acessados de maneira desigual por negros e brancos, o que leva à formulação de ideias e ações de reação, como o antirracismo. Assim, é necessário repensar nossa formação socioespacial e territorial, abordando as opressões e também a resistência que ocorre no espaço.

METODOLOGIA

Para realizar nosso intuito a metodologia consistirá no levantamento e análise bibliográfica, que pretende englobar a produção sobre raça e formação do território brasileiro, dentro da Geografia, mas também em outras ciências. Inclui ainda, análises de leis e políticas públicas que impactaram no território, além de obras de intelectuais dos séculos XIX e XX.

A pesquisa também contará com leitura, análise e sistematização da produção geográfica sobre relações étnico-raciais, desde abordagens em autores das primeiras correntes geográficas, passando pela renovação da Geografia até as mais recentes pesquisas. É importante apontar que não pretendemos apresentar uma abordagem meramente linear, mas expor presenças, ausências e avanços da temática.

Por fim, a metodologia contará com a elaboração teórica sobre Geografia e relações étnico-raciais para entender o ordenamento territorial brasileiro, a partir de toda essa base bibliográfica. O caminho teórico metodológico que seguiremos é analisar, como propôs Moreira (2015), o arranjo espacial brasileiro, mas tendo como foco o período do fim do século XIX e início do século XX, verificando como se expressa a questão racial nesse arranjo. Então, a metodologia que conduzirá a pesquisa nasce do próprio conteúdo dela.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de raça, de certa maneira, esteve presente na Geografia desde os primórdios dessa ciência. Friedrich Ratzel, em sua obra *Antropogeografia*, publicada em 1882 e construída durante o processo de unificação alemã, ao estudar a influência das condições ambientais nos povos humanos, em questões como cor de pele e mestiçagem criava análises baseadas em raças. Ratzel, em outra importante obra, “*As raças humanas*”, publicada em três volumes entre 1885 e 1888, ainda que seja um tratado antropológico e etnográfico, a Geografia era ponto central de seus estudos, a distribuição dos povos pela superfície terrestre era seu objeto e contava com análises baseadas em raça.

Não pretendemos já aqui fazer um amplo levantamento da presença de raça nas análises da Geografia mundial, mas demonstrar como raça sempre esteve presente de alguma forma nas pesquisas geográficas e assim apontar a ausência da discussão das relações raciais na produção geográfica brasileira, principalmente até a década de 1980.

Em artigo publicado na Revista da ANPEGE Cirqueira e Corrêa (2014) realizaram um levantamento bibliográfico de dissertações e teses apresentadas e defendidas em programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, e que abordaram a temática étnico-racial; investigando desde o início das pós-graduações em Geografia no Brasil no ano de 1971 até o ano de 2012. Foram encontrados 54 trabalhos, sendo 13 teses e 41 dissertações no período dos anos 80 até o referido ano de 2012.

Ao contrário de outras ciências como a Antropologia e a Sociologia, a Geografia brasileira praticamente não realizou discussão étnico-racial nos anos que se seguiram após a sua institucionalização na década de 30. Até então, entre o final do século XIX e o início do século XX, quando não havia ainda cursos de Geografia no Brasil havia um discurso geográfico que trazia uma abordagem étnico-racial, mesmo que um discurso impregnado de racismo e colonialismo.

Com a constituição do mito da democracia racial e a ideia de paraíso da miscigenação passa a ser quase que proibido falar de raças, pois é construído o discurso falso de que não havia racismo. Nesse mesmo período a Geografia brasileira se institucionalizou, assim é necessário analisar em seu interior as implicações desse discurso que se solidificava no Estado e no imaginário da sociedade. De acordo com Cirqueira e Corrêa (2014):

Algo que carece de investigações mais aprofundadas. Ainda assim, debates em torno dessa temática presente na *Antropogeografia* de Ratzel (1882), nos escritos de Élisée Reclus sobre *Escravidão nos Estados Unidos* (1860) e mesmo em La Blache (1954

[1922]) não são apropriados pela intelligentsia geográfica, a não ser em obras pouco trabalhadas e sem repercussão. (CIRQUEIRA e CORRÊA, 2014, p 5)

Ou seja, foi criado um longo hiato na presença das questões étnico-raciais na Geografia brasileira, ao menos na produção hegemônica. Conforme os autores citados apontam, algumas obras que traziam a temática podem ter tido pouca repercussão devido a um silenciamento e invisibilização da temática dentro do campo.³ Em função desse hiato, as produções teóricas e analíticas sobre a formação territorial do Brasil acabaram por não contemplar essas questões.

Todavia, há uma expansão do debate étnico-racial dentro da Geografia a partir de meados dos anos 90, conforme esse estudo das dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação demonstrou. Essa expansão, da mesma forma que o silenciamento na década de 30, acompanhou a conjuntura nacional. Assim, o aumento das pesquisas na Geografia se deu junto da difusão da temática que ocorria no Estado brasileiro e em toda a sociedade.

Bernardino (2004) destaca que alguns fatores que propiciaram esse crescimento da presença da temática foram: o reconhecimento público em 1995 pelo Estado brasileiro de que o racismo existe na sociedade brasileira; o Brasil ter assinado o documento da II Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância em Durban, África do Sul; além da adoção de Ações Afirmativas, como as cotas para negros em universidades no ano de 2003.

É importante dizer que essa ascensão do tema se deu também após atuação massiva do movimento negro, que, por exemplo, no período de redemocratização do país na década de 1980 pautava a criação de políticas públicas na luta contra o racismo. As cotas contribuíram bastante para inserir o debate étnico-racial nas universidades, mas também em outras esferas da sociedade.

Na mesma pesquisa supracitada são apontados autores que mais contribuíram e vêm contribuindo no esforço de diálogo entre Geografia e relações étnico-raciais, por exemplo, Ratts (2003), Santos (2007, 2010); Carril (2006); Campos (2005); Anjos (2001, 2005), Oliveira (2012), mas há pouco diálogo entre eles, é necessária então uma sistematização dessas obras para se buscar avançar nessa análise. Embora os avanços tenham existido, eles ainda não foram

³ Como exemplo, Cirqueira (2010) em sua dissertação de mestrado intitulada “Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos” discutiu a produção de Milton Santos dentro da temática racial. Pouco se fala sobre suas reflexões dentro desse tema ao longo de sua vida, as vezes isso é até negado. No entanto, aparece em trabalhos da década de 50. (CIRQUEIRA, 2010).

suficientes para a construção de uma leitura geográfica da formação do território brasileiro com a inclusão das questões étnico raciais de forma diferente da hegemônica e colonial.

Cirqueira e Corrêa (2014) em sua leitura das pesquisas na temática étnico-racial fizeram uma divisão em quatro tendências teórico-metodológicas de tratamento da temática nos trabalhos encontrados; (1) Espaço e relações étnico-raciais; (2) identidades e territorialidades negras; (3) geopolítica dos países africanos; e, (4) território e lugar nas manifestações culturais negras. Após essa divisão, apontaram incongruências, divergências entre elas e também possibilidades para continuidade das pesquisas. ⁴

Pretendemos aqui dialogar com a produção acadêmica produzida e que estabelece uma relação entre Geografia e questões étnico-raciais, assim avançando na conexão entre teoria geográfica e a temática étnico-racial. Não apenas produzindo uma espacialização das relações raciais, mas construindo uma leitura de Brasil por meio da Geografia e da discussão racial, uma leitura que possibilite repensar a formação do território brasileiro. Essa releitura da formação do Brasil permite, por exemplo, interferirmos na inculcação de saberes eurocentrados e que reforçam imaginários inferiorizantes para a população negra. Conforme Cirqueira e Corrêa (2014) e também Santos (2011) há uma grande agenda de temas na ciência geográfica, mas também no ensino de Geografia que devem ser questionados e repensados a partir do entrecruzamento das teorias geográficas com a temática étnico-racial.

Raça teve um papel fundamental na construção do mundo moderno, funcionando como princípio classificatório. Munanga (2004) afirma que, assim como a maioria dos conceitos, raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. Desde o uso nas ciências

⁴ (1) Espaço e relações étnico-raciais; “Direta ou indiretamente essas pesquisas são influenciadas pelo contexto de discussões da década de 1980, período em que surge uma série de investigações que desagregaram desigualdade socioeconômica e desigualdade racial, demonstrando que havia disparidades entre ambos (...), a maioria dos trabalhos estabelece uma abordagem sociológica da espacialidade que compõe as relações étnico-raciais brasileiras e/ou como as categorias geográficas podem ser utilizadas para o entendimento desse assunto. Os temas mais tratados são a segregação racial e a maneira como as desigualdades étnico-raciais presentes no país se arranjam espacialmente” (p.14)

(2) identidades e territorialidades negras; “Os trabalhos classificados neste eixo tratam principalmente da formação, organização e conflitos que perpassam a constituição de territórios negros ao longo dos séculos. Observamos neste aspecto uma abordagem que integra as comunidades remanescentes de quilombo e os territórios construídos com base nas identidades negras;” (p.15 e 16)

(3) geopolítica dos países africanos; “Os debates encontrados versam sobre aspectos econômicos, políticos e culturais de países da África.” (p.18)

(4) território e lugar nas manifestações culturais negras. “Os trabalhos que compõem o tópico território e lugar nas manifestações culturais negras realizam abordagens acerca dos aspectos culturais que compõem as permanências e performances culturais relativas à população negra ou com marcante influência africana.” (p. 20)

naturais, passando pelo uso moderno de raça para dividir seres humanos em grupos diferenciados.⁵ Munanga (2004) aponta que a cor da pele vai ganhando predominância com o tempo, e afirma que é no século XVII que ela se torna critério fundamental, funcionando como um divisor de águas no uso da classificação de raças. Após isso no século XIX, tem-se novas transformações no conceito consolidando o racismo científico.⁶

De acordo com Quijano (2005), a criação do sistema-mundo-moderno se desenvolveu tendo dois eixos como elementos ordenadores centrais do padrão dominante – raça e a relação capital-trabalho. Sem esquecer das outras hierarquias: gênero, religiosa, sexual, etc. Consolidando assim, um sistema de heterarquias como propõe Grosfoguel (2010) Os Estados nacionais modernos e o próprio capitalismo se organizam por meio dessas hierarquias, resultando na subalternização daqueles considerados fora desse padrão de dominação.

Diferentes autores não geógrafos e autoras não geógrafas produziram análises de diversas realidades que nos permitem entender como raça, racismo e as relações étnico-raciais em geral foram e são estruturantes também na sociedade brasileira.

Para Taguieff (2002) o racismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que engloba diversos fatores, que passam pelas esferas da história, cultura, economia e política. Assim, o racismo nunca é somente uma questão de preconceito individual, mas alcança as dimensões estrutural e institucional. Segundo o filósofo francês não é a taxonomia, ou seja, a classificação dos seres, que origina o racismo moderno, mas sim a escravatura. A partir dela o preconceito de cor condiciona a segregação e a servidão forçada, mas conforme o autor, não significa que não havia outras formas de preconceito contra negros antes. De acordo com Taguieff (2002) podemos entender que havia racismo contra diferentes povos mesmo antes de assim ser nomeado.

Taguieff (2002) propõe um modelo quadripartito para a compreensão do fenômeno do racismo. Tal modelo objetiva construir uma leitura do racismo por meio de quatro tipos de manifestações: racismo universalista de base espiritualista, racismo universalista de base bio-

⁵ Segundo os autores da teoria do giro decolonial, a colonização da América inaugurou o uso moderno do conceito de raça. Objetivando a construção da hegemonia da Europa, ocorreu o processo de invenção do outro (CASTRO-GOMEZ, 2005), assim foram construídas classificações por identidades geoculturais (GROSFOGUEL, 2010); o africano, o índio, o ameríndio, etc.

⁶ “No século XIX, acrescentou-se ao critério da cor outros critérios morfológicos como a forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial, etc. Para aperfeiçoar a classificação (...) O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais.” (MUNANGA, 2004. p.4-5)

evolucionista ou biomaterialista, racismo diferencialista de base espiritualista e racismo diferencialista de base biomaterialista.

Se compreende como universalistas formas de racismo que negam as individualidades dos seres. A forma espiritualista atua na concepção de desigualdades preconizando estágios de evolução de cultura, justifica missões civilizatórias e a suscetibilidade de certas culturas para a assimilação. E a forma biomaterialista anuncia raças mais evoluídas que outras, que por consequência as menos evoluídas podem ser dominadas e até exterminadas. Quanto as formas diferencialistas: a espiritualista prega a necessidade de defender a sua cultura perante as culturas das diferentes raças e civilizações, a miscigenação é degeneração, pois destruiria a identidade espiritual e cultural das civilizações superiores. E a forma diferencialista de base biomaterialista afirma que os seres têm origens distintas, raças, portanto a mistura delas vai contra as leis naturais, seria a destruição das espécies.

Dessa forma, o modelo proposto por Taguieff (2002) fornece um arcabouço conceitual promissor para as análises e reflexões sobre racismo. Como resposta a esses racismos surgem os antirracismos universalistas que pautam igualdade e unidade para a espécie humana e os antirracismos diferencialistas que defendem a valorização das identidades coletivas por meio de sociedades pluriculturais ou plurirraciais. Taguieff (2002) e D'Adesky (2001)

Dentro dessa mesma lógica, podemos perceber que também no contexto brasileiro o conceito de raça se estabeleceu enquanto um princípio classificatório, e foi importante na constituição da sociedade.

Schwarcs (1996) discutiu a mestiçagem na sociedade brasileira e como ela foi considerada degeneração em produções de intelectuais brasileiros do século XIX e início do século XX, reforçando as ideias eugenistas e políticas de embranquecimento da população. A partir da década de 1930 a miscigenação passa a ser usada como justificativa para a negação da existência de racismo no país, afirmando que vivemos em uma democracia racial. Assim, a miscigenação seria um símbolo desse paraíso racial, contribuindo na construção das particularidades do racismo brasileiro, o “racismo cordial”, o “preconceito de ter preconceito”. Demonstrando como os diferentes discursos a partir de raça são criados e mobilizados para perpetuação de ideologias dominantes.

Em seu livro “Onda negra, medo branco”, Célia Azevedo (1987) analisa os debates entre a classe dominante sobre a questão “o que fazer com o negro após a escravidão?”. Dessa forma ela investiga como a elite no período em que a abolição se aproximava buscava uma transição

segura com a manutenção do poder em suas mãos, no momento em que ocorria a formação do mercado livre em substituição ao trabalho de mão de obra escravizada. As elites criaram diferentes estratégias para conter a “onda negra” e conforme as resistências essas estratégias eram alteradas. A autora discorre, por exemplo, sobre o projeto imigrantista baseado na necessidade defendida pela elite, de embranquecer a população brasileira.

Enquanto Azevedo (1987) discutiu pretensões das elites a partir de raça e imigração, Carlos Vainer no texto “Estado e raça no Brasil: notas exploratórias” de 1990 analisa como esses discursos se materializaram na forma de políticas. Ele mostra como essas políticas foram constituídas baseadas no racismo e no ideário do embranquecimento. Para isso analisou uma série de documentos e textos que naquela época poucos se debruçavam. Demonstrou, por exemplo, como políticas de 1906 atualizaram a legislação que existia desde 1890 (que proibia a entrada no Brasil de negros oriundos dos Estados Unidos), ficando proibida a entrada de qualquer negro, ou seja, buscava-se impedir a entrada de africanos oriundos de outras áreas. O Estado brasileiro adotou a eugenia como política, objetivando a “melhoria” da população brasileira.

Hoje após a negação da existência de raças aqueles que tentam manter o racismo produzido pelo seu uso e garantir um sistema de dominação que envolve a branquitude⁷ tentam negar o uso de raça, no entanto ela continua sendo mobilizada nas lutas por reparação e afirmação da identidade negra, como uma construção social e histórica.

Temos chamado atenção para o racismo na sua dimensão estrutural e sistêmica, pois nosso foco mais do que raça como princípio classificatório populacional é o seu papel como elemento ordenador na formação do território brasileiro.

É necessário assim complexificar o debate do racismo estrutural. Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural se consolida em normas, ações e políticas públicas que reproduzem e contribuem para perpetuar a desigualdade racial. Se esconde em práticas colocadas como neutras e universalistas, como seleção para empregos, educação e moradia. O racismo estrutural e também o institucional se manifesta nas desigualdades socioeconômicas e na exclusão social

⁷ A branquitude constitui um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, mas também objetivos, que reforçam a construção social do preconceito racial, a discriminação racial e o racismo, bem como a reprodução desses fenômenos. Branquitude pode ser entendida como traços da identidade racial do branco a partir das ideias sobre branqueamento. (BENTO, 2002)

enfrentadas pelas populações negras e indígenas, por exemplo, que são pouco representadas em cargos de poder e têm acesso limitado a direitos fundamentais.

Sodré (2023) contribui para complexificar o debate quando afirma que o racismo no Brasil se manifesta em diversas dimensões da vida social, como no mercado de trabalho, na educação, na cultura e na política. Ele argumenta que o racismo brasileiro é institucional e intersubjetivo, hoje ele é a formação social que o país assume após o fim da estrutura escravista. Ele aponta que o racismo brasileiro pós-abolicionista surge paralelamente à emergência do fascismo europeu. O autor também analisa a maneira como a cultura e as tradições afro-brasileiras são diversas vezes subestimadas ou ignoradas pela sociedade de forma geral.⁸

Trabalhar com racismo estrutural necessita que tenhamos nitidez de como entendemos estrutura, que construção teórica do conceito estamos utilizando. Para assim construir uma leitura do papel de raça nas diferentes dimensões da sociedade brasileira. Estrutura pode ser entendida como determinada pelas forças produtivas existentes em uma determinada época, e que as relações sociais se estabelecem no contato e em reação a essas forças produtivas (Marx, 2008).

Por outro lado, também podemos compreender a estrutura como constituída tanto pelos elementos materiais e institucionais da sociedade, ou seja, a economia, as instituições jurídicas e políticas, quanto pelos aspectos simbólicos e culturais que envolvem a vida social, são os valores, os costumes, as crenças e as práticas culturais, em geral. A estrutura, lida assim, é uma construção complexa e dinâmica, que está em um constante processo de transformação por indivíduos e pelos grupos sociais, a estrutura social é uma criação coletiva e histórica por meio de ações e práticas engendradas dentro da própria sociedade (Castoriadis, 1982).

Mesmo em escritos de Marx as estruturas sociais não são imutáveis, ela constitui o fundamento material da sociedade e em algumas obras ele analisa esse fundamento que está na raiz da exploração e dominação. Porém em outras obras ele estuda a estrutura numa perspectiva histórica e ampla, que demonstra a relação entre as forças produtivas e as relações sociais em diferentes contextos de sociedade. Compreende-se assim que a estrutura da sociedade é

⁸ Ainda que Sodré (2023) esteja tratando de outro período no caso brasileiro, autores como Balibar e Wallerstein (1988) apontam como depois da Segunda Guerra Mundial e o extermínio de judeus o ocidente faz uma revisão sobre o racismo. Porém, isso não é o fim, mas a construção de novas formas de racismo, mais sutis, e complexas. Esses autores vão trabalhar os conceitos de “velho racismo” e “novo racismo”, que são importantes para analisar o caso brasileiro.

constituída pela relação entre esses fatores. Mudanças nas forças produtivas podem transformar as relações sociais e a própria estrutura da sociedade de forma geral, Marx (2011).

Assim, após demonstrarmos inicialmente como raça está presente em diferentes trabalhos dentro da ciência geográfica e apontarmos algumas bases de fundamentação da leitura de relações raciais no Brasil que pretendemos discutir, é necessário assinalar que ao analisar raça enquanto um dos princípios ordenadores do território brasileiro, estamos retomando a discussão de formação do território brasileiro. Diversos geógrafos já realizaram importantes pesquisas abrangendo diferentes aspectos a respeito da formação territorial ou espacial brasileira, mas ainda é necessária uma leitura que abarque mais diretamente o papel das relações raciais no processo.

Durante a passagem do século XIX para o século XX, período em que o país mudava sua administração e estrutura política da Monarquia escravista para uma república excludente, o governo brasileiro implementou várias políticas de ordenamento territorial que objetivavam construir a soberania nacional e manter o poder nas mãos das classes dominantes. A Lei de Terras, embora promulgada em 1850, prosseguiu influenciando o ordenamento territorial do Brasil. A lei estabeleceu o regime de propriedade da terra no país, impedindo o acesso à terra por grande parte dos negros ex-escravizados e povos indígenas, que foram retirados de suas terras sem compensação.⁹

O resultado é uma exclusão rural, as políticas agrárias do governo brasileiro privilegiaram os grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos agricultores, incluindo a população negra, que muitos eram agricultores e trabalhavam em fazendas. Essa exclusão rural contribuiu com a pobreza e a marginalização dos negros no campo.

Da mesma forma, no espaço urbano políticas de ordenamento e reformas já no início do século XX, traziam a marca do racismo e da segregação socioespacial. Diversas cidades brasileiras passaram por reformas urbanas que visavam modernizá-las e torná-las eficientes. Essas reformas incluíram a construção de avenidas e outros espaços, bem como a demolição de cortiços e favelas, impactando nas populações mais pobres, sobretudo negros, que foram

⁹ Acima de tudo, a principal continuidade entre Monarquia e República foi a permanência no poder político e econômico dos mesmos seguimentos, fundados no latifúndio – que continuou monocultor e exportador. Quando a Monarquia se mostrou inoperante - constituindo mesmo em empecilho à modernização – os mesmos “donos do poder” com a participação concedida a novos elementos rapidamente cooptados, trataram de substituí-la (Marleba, 1999)

expulsos de suas moradias e dos centros de cidades. Essa segregação urbana dificultou o acesso dos negros a serviços básicos, como transporte público, hospitais e escolas.

É importante dizer que diversos autores clássicos de outras áreas do pensamento científico discutiram essas temáticas em diferentes análises sobre a formação do espaço e da sociedade brasileira. Sérgio Buarque de Holanda em “Raízes do Brasil” abordou o surgimento das novas estruturas políticas e econômicas e trouxe temas como miscigenação que resulta na diversidade característica da população brasileira. Na obra trouxe como um dos focos de análise a prioridade das relações privadas em detrimento das relações públicas, que para ele é marca central na Formação do Brasil. (Holanda, 1977).

Já Darcy Ribeiro em “O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil” analisa a formação étnica e cultural do povo brasileiro, onde ele defende a miscigenação e a diversidade do povo brasileiro, discorrendo sobre o processo de construção das identidades a partir do contato entre as três matrizes da população brasileira por meio da violência e dominação colonial. Ribeiro (2015) assim trata da vinda dos africanos e de como indígenas foram inseridos no processo de construção do povo brasileiro:

Temos aqui duas instâncias. A do ser formado dentro de uma etnia, sempre irreduzível por sua própria natureza, que amarga o destino do exilado, do desterrado, forçado a sobreviver no que sabia ser uma comunidade de estranhos, estrangeiro ele a ela, sozinho ele mesmo. A outra, do ser igualmente desgarrado, como cria da terra, que não cabia, porém, nas entidades étnicas aqui constituídas, repellido por elas como um estranho, vivendo à procura de sua identidade. (Ribeiro, 2015. p.99)

Por fim, Caio Prado Jr em “Formação do Brasil Contemporâneo” demonstra como o passado colonial permanece vivo em traços marcantes da formação da estrutura econômica capitalista brasileira. A formação da sociedade brasileira foi marcada por um processo de dominação colonial que se perpetuou após a independência do país, mantendo a população marginalizada e submissa às elites. A única forma de superar essa dinâmica seria através de uma transformação radical da sociedade brasileira (Prado Jr. 1994).

Já dentro das leituras de Brasil na ciência geográfica pesquisas como as de Santos e Silveira (2006), Moraes (2011) e Moreira (2012; 2015; 2018) contribuem para a compreensão dos processos que direcionam a formação territorial e espacial brasileira.

No livro “O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI” Milton Santos e Maria Laura Silveira, produzem uma análise crítica do desenvolvimento socioeconômico do Brasil abordando temas como o processo de urbanização no Brasil, concentração de renda, exclusão social, a questão agrária, entre outros. Entende-se a integração regional como

resultante da combinação do processo desigual de propagação dos meios técnicos-científicos-informacionais e heranças do passado, produzindo o que eles chamam de “quatro brasis”.

Já Antônio Carlos Robert de Moraes no livro “Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, Território e Periferia” apresenta numa coletânea de textos escritos em diferentes épocas uma análise histórica e crítica do desenvolvimento territorial brasileiro, objetivando compreender as raízes das desigualdades sociais e territoriais que são marcas do país. Moraes (2011) utilizando o conceito de território como estruturante na formação de identidades e do Estado soberano de direito, demonstra como a estruturação do território nacional está relacionada à formação do capitalismo como sistema econômico dominante, o que consequentemente favoreceu a concentração de riqueza e poder nas regiões mais desenvolvidas do país em detrimento das periferias.

Moreira (2015) construiu um caminho teórico-metodológico para analisar a configuração do Brasil por meio da leitura das determinações dos arranjos espaciais nos diferentes momentos históricos, numa reflexão constante do presente para o passado, e vice-versa.

Em outras palavras, Moreira (2015) partindo da relação sociedade e espaço aponta as particularidades da formação social do Brasil descrevendo e realizando uma síntese crítica das paisagens brasileiras que são materializações do arranjo espacial de cada período. Ele explica, por exemplo, as transformações espaciais em meados do século XX, quando o Brasil sai de um padrão arquipélago com indústrias distribuídas nas capitais do país, indo para um padrão baseado na integração, com a industrialização concentrada no Sudeste¹⁰. A partir dos anos 70 inicia-se o processo de desconcentração industrial e o avanço da soja para o centro-oeste, que hoje é o comando econômico das regiões brasileiras. A Agroindústria é o principal motor das transformações sociais e espaciais do território, com o capital financeiro rentista como determinante.

Assim, objetivamos compreender o papel de raça e das relações étnico-raciais nesses processos produzindo uma leitura baseada na relação Geografia e temática étnico-racial sobre o ordenamento territorial brasileiro e no diálogo com outros autores objetivamos compreender o uso de raça e as relações étnico-raciais nos arranjos espaciais brasileiros.

¹⁰ Moreira (2015) chamou a fase inicial de espaço industrial molecular e a fase seguinte, iniciada nos anos 50, de espaço monopolista da indústria.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos diferentes momentos históricos raça foi mobilizada como princípio para dominação: na escravização nos períodos colonial e imperial, nas tentativas de branqueamento da população brasileira no final do século XIX e início do século XX quando era criado o Estado-nação independente, na elaboração do mito da democracia racial a partir da década de 1930, mesmo período da industrialização brasileira e nas reconfigurações do espaço brasileiro por meio das transformações agroindustriais e do mercado mundial que impactam, por exemplo, nas lutas quilombolas e nos espaços das favelas.

Ou seja, ao refletir sobre o papel da raça e das relações raciais no espaço, é importante, por exemplo, compreender como o latifúndio também está relacionado à questão racial. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, na lei de terras de 1850 e na luta pela Reforma Agrária. Além disso, é fundamental reconhecer que o neoliberalismo é um projeto civilizatório que envolve violência e inferiorização de diversos grupos étnico-raciais, enquanto as resistências surgem por meio de lutas que mobilizam a questão racial e ocorrem no espaço e a partir dele. Todos esses processos resultam em expressões espaciais das relações étnico-raciais, que são elementos essenciais para a compreensão da formação e ordenamento do território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a pesquisa ainda se encontra em fase inicial, nas primeiras leituras e fichamentos da base bibliográfica. Além de fazer a leitura de toda essa base, o maior tempo será empreendido nos questionamentos e reflexões para construir a análise geográfica que pretendemos. Boa parte das obras que serão analisadas se encontram disponíveis nos bancos digitais de teses e dissertações. Espera-se contribuir com o debate da Geografia das relações étnico-raciais, que conforme os primeiros resultados comprovam, são fundamentais para entender a construção e evolução da sociedade brasileira. Dessa forma, uma contribuição importante da pesquisa é construir uma leitura Geográfica sobre Brasil, algo que ainda é um campo pouco explorado na Geografia.

REFERÊNCIAS



ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**. In: Terra Livre. São Paulo: n. 17. 2o semestre/2001, p. 139-154.

_____. A África, a educação brasileira e a Geografia. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03**. Brasília: MEC, SECAD, 2005a. p. 167-184.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Capítulo II – Os Políticos e a ‘onda negra’. In: **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, Nación y Clase**. Madri: Iapala, 1988.

BERNARDINO, Joaze; Apresentação. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (orgs.). **Levando a raça a sério**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 173-188.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

CAMPOS, Andreino de O. O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. 2006. 392f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Rio de Janeiro. 2006.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo, Annablume, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. “Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da ‘invenção do outro’”. In: Lander, Edgardo (org.). **A Colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires, Clacso, 2005.



GIRQUEIRA, Diogo Marçal. Entre o corpo e a teoria: a questão étnico-racial na obra e na trajetória de Milton Santos. Programa de Pós-graduação em Geografia – IESA/UFG (**Dissertação de mestrado**): Goiânia, 2010.

_____ ; CORREA, Gabriel Siqueira. “Questão étnico-racial na geografia brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações.” In: **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v. 10, n. 13, jan-jun. 2014, p. 29-58.

CORREA, Gabriel Siqueira. Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma análise do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2013.

CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais. Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São. Paulo; Editora Cortez. 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**, 11a. ed., Rio de Janeiro, J. Olympio. 1977.

MALACHIAS, Antônio Carlos. Geografia e Relações Raciais: desigualdades socioespaciais em preto e branco. 2006. 124f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Universidade de São Paulo, São Paulo

Malerba, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá. Eduem, 1999. 192 p

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse**, São Paulo, Boitempo, 2011



_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. Rio de Janeiro Martin Claret, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo. Annablume, 2011. (Geografias e adjacências) 156p.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira - uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012a. 334p.

_____, **Mudar para manter exatamente igual - os ciclos espaciais de acumulação. O espaço total. Formação do espaço agrário**. Rio de Janeiro: Consequência. 2018

_____, **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André A. (org.) **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Por uma geografia das relações raciais: o racismo na cidade do Rio de Janeiro **Tese (Doutorado em Geografia)**. Programa de pós-graduação em Geografia da UFF, 2012.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora. Brasiliense, 23ª edição, 1994. 390

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. 638p. p. 84 – 130.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

RATTS, Alex. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. (org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-49.



RATZEL, F. 1990. Antropogeografia. In: **RATZEL: coletânea...** op. cit. pp. 32-107.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Global Editora, 2014.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, n. 18, 1996, Salvador, pp. 165-188.

SANTOS, M; **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____, SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **Por uma geografia nova.** São Paulo: EDUSP, 2002. 288p.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Agendas & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. 2006. 350f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

215

_____. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, Ano VII, n. 1, p. 04-23, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/issue/view/190> Acesso em: 20 out. 2023.

_____; (org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639. In: **Terra Livre: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças.** São Paulo/SP. Ano 26, v. 1, n. 34, jan-jun/2010. p. 141-160.

SANTOS, Ronald Coutinho. Relações de poder na construção do currículo praticado: uma análise de conflitos na prática cotidiana de professores na implementação da Lei 10.639 no ensino de geografia. 2017. 224f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2017.



SCHWARCS, Lilia. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX.** Afro-Ásia, n, 18, 1996.

SODRÉ, Muniz. **O Fascismo da Cor: Uma Radiografia do Racismo Nacional.** Petrópolis, RJ. Vozes.2023.

TAGUIEFF, Pierre-André. **O racismo.** trad. José Luís Godinho. Lisboa: Instituto Piaget, D.L. 2002. 153p.

VAINER, Carlos. **Estado e raça no Brasil: notas exploratórias.** In Estudos Afro-Asiáticos n° 18. RJ. 1990